

## Estado do Rio de Janeiro Câmara Municipal de Miguel Pereira Comissão de Justiça e Redação 17º Legislatura

Parecer

## Projeto de Lei nº165/2021 Mensagem nº125/2021

Origem: Poder Executivo

Autor: Prefeito Municipal – André Pinto de Afonseca

Ementa: "Autoriza a abrir Crédito Especial ao Orçamento da Seguridade Social na Prefeitura Municipal de Miguel Pereira, no valor de R\$540.000,00 em favor do Fundo Municipal de Saúde". Em regime de urgência urgentíssima".

Comissão de Justiça e Redação

Presidente: Vitor Batista Ralha de Afonseca

Vice-presidente: Mario Luis Pedroso das Neves

Membro: Mauro Celso Pereira dos Santos

DATA J DOG J DOZI

PRESIDENTE

O Presidente da Comissão de Justiça e Redação avocou relatoria à sua própria consideração, escudandose no §2º, do art.46, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

### I - Da exposição da matéria em exame:

O Presente Projeto de Lei objetiva abrir crédito especial na importância de R\$540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais) tendo em vista os recursos advindos do Governo Federal, conforme Portaria nº2.010 de 31 de agosto de 2021.

O projeto traz em seu bojo o detalhamento do pagamento e a Portaria supracitada.

#### II - Da conclusão do Relator:

É consabido que a LOA pode sofrer alterações durante a execução orçamentária e financeira. Igualmente, que são créditos adicionais as autorizações de despesas, não computadas ou insuficientes, dotadas na Lei de Orçamento.

No caso em análise, a matéria versa sobre crédito adicional especial, na importância préfalada.

Importa esclarecer que, os créditos especiais, como é o caso, são aqueles destinados às despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica. Logo, para o presente crédito não há previsão legal, motivo da necessidade da presente matéria insculpida na mensagem nº125/2021, que aponta para a necessidade de alteração na LOA com reflexos no PPA e LDO.



# Estado do Rio de Janeiro Câmara Municipal de Miguel Pereira Comissão de Justiça e Redação

17ª Legislatura

Reforça-se que, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na LDO, excepcionando prévia autorização mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.

Para tal ato, ou seja, abertura de novos créditos adicionais, é mister descontar os créditos adicionais reabertos e os extraordinários abertos no exercício.

Em análise à matéria, o ato que abrir o crédito especial indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível, isso se vê na matéria.

Os créditos adicionais devem estar alicerçados no art. 40 da Lei nº4.320/1964, que também traz em seu art. 41, II, que os créditos especiais são os reservados as despesas que não tem tido dotação orçamentária especifica.

Em outra análise o art. 165, §8º da CRFB, dá permissão ao Poder Executivo de incluir no orçamento anual o crédito em comento.

Sendo assim, não há vício no que tange a iniciativa da lei, já que o crédito é destinado a despesas para as quais não havia dotação orçamentária específica, ou seja, o Município de Miguel Pereira não previu no orçamento a despesa mencionada no §1º do Projeto, o que oportuniza criar o crédito especial, incluindo a verba no orçamento vigente.

Por fim, observados os pressupostos legais, bem como as características do crédito, eis que precedida de justificativa na matéria, devidamente analisada acima. E, diante da existência de recursos disponíveis para atender o crédito, conclui este Relator que a matéria é legal e constitucional.

É como vota o Relator.

#### III - Da decisão da Comissão:

... Visto e analisado o mencionado Projeto de Lei, notadamente pelo seu aspecto Regimental, Legal, Constitucional, Gramatical e Lógico, bem como a Técnica Legislativa, a Comissão de Justiça e Redação DECIDE:

Pela tramitação, discussão e votação da matéria.

É o parecer.

Câmara Municipal de Miguel Pereira,

Vitor Batista Ralha de Afonseca

Mário Luis Pedroso das Neves

Presidente/Relator

Vice-Presidențe

Mauro Celso Pereira dos Santos

Membro